



Receita Federal

Simulado Especial

# Receita Federal

Auditor Fiscal – Pós-Edital

# Simulado

## Simulado Receita Federal (Auditor Fiscal)

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso Receita Federal (Auditor Fiscal);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

### PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Receita-Federal-04-02>

01 - A B C D E	27 - A B C D E	53 - A B C D E	79 - A B C D E	105 - A B C D E	131 - A B C D E
02 - A B C D E	28 - A B C D E	54 - A B C D E	80 - A B C D E	106 - A B C D E	132 - A B C D E
03 - A B C D E	29 - A B C D E	55 - A B C D E	81 - A B C D E	107 - A B C D E	133 - A B C D E
04 - A B C D E	30 - A B C D E	56 - A B C D E	82 - A B C D E	108 - A B C D E	134 - A B C D E
05 - A B C D E	31 - A B C D E	57 - A B C D E	83 - A B C D E	109 - A B C D E	135 - A B C D E
06 - A B C D E	32 - A B C D E	58 - A B C D E	84 - A B C D E	110 - A B C D E	136 - A B C D E
07 - A B C D E	33 - A B C D E	59 - A B C D E	85 - A B C D E	111 - A B C D E	137 - A B C D E
08 - A B C D E	34 - A B C D E	60 - A B C D E	86 - A B C D E	112 - A B C D E	138 - A B C D E
09 - A B C D E	35 - A B C D E	61 - A B C D E	87 - A B C D E	113 - A B C D E	139 - A B C D E
10 - A B C D E	36 - A B C D E	62 - A B C D E	88 - A B C D E	114 - A B C D E	140 - A B C D E
11 - A B C D E	37 - A B C D E	63 - A B C D E	89 - A B C D E	115 - A B C D E	
12 - A B C D E	38 - A B C D E	64 - A B C D E	90 - A B C D E	116 - A B C D E	
13 - A B C D E	39 - A B C D E	65 - A B C D E	91 - A B C D E	117 - A B C D E	
14 - A B C D E	40 - A B C D E	66 - A B C D E	92 - A B C D E	118 - A B C D E	
15 - A B C D E	41 - A B C D E	67 - A B C D E	93 - A B C D E	119 - A B C D E	
16 - A B C D E	42 - A B C D E	68 - A B C D E	94 - A B C D E	120 - A B C D E	
17 - A B C D E	43 - A B C D E	69 - A B C D E	95 - A B C D E	121 - A B C D E	
18 - A B C D E	44 - A B C D E	70 - A B C D E	96 - A B C D E	122 - A B C D E	
19 - A B C D E	45 - A B C D E	71 - A B C D E	97 - A B C D E	123 - A B C D E	
20 - A B C D E	46 - A B C D E	72 - A B C D E	98 - A B C D E	124 - A B C D E	
21 - A B C D E	47 - A B C D E	73 - A B C D E	99 - A B C D E	125 - A B C D E	
22 - A B C D E	48 - A B C D E	74 - A B C D E	100 - A B C D E	126 - A B C D E	
23 - A B C D E	49 - A B C D E	75 - A B C D E	101 - A B C D E	127 - A B C D E	
24 - A B C D E	50 - A B C D E	76 - A B C D E	102 - A B C D E	128 - A B C D E	
25 - A B C D E	51 - A B C D E	77 - A B C D E	103 - A B C D E	129 - A B C D E	
26 - A B C D E	52 - A B C D E	78 - A B C D E	104 - A B C D E	130 - A B C D E	

**PORTUGUÊS***Adriana Figueiredo*

**01.** A opção em que a nominalização do segmento sublinhado está INCORRETA é:

- a) Copiar as ações de outros nem sempre é o melhor caminho / A cópia das ações
- b) estabelecendo novas diretrizes para o novo governo / o estabelecimento de novas diretrizes
- c) Investigar os agentes públicos é fundamental / a investigação dos agentes públicos
- d) Era necessário propor um outro cenário / a proporção de um outro cenário
- e) Aprendizado é aquilo que fica depois de ter esquecido as demais coisas. / depois do esquecimento das demais coisas.

**02.** Assinale a opção que indica a frase em que a preposição com tem o significado de acordo.

- a) Ele passava longas horas de solidão com suas próprias ideias.
- b) Os responsáveis dos alunos estarão com a nossa filosofia.
- c) Com o término do ano letivo, as ruas ficam mais vazias
- d) Os mais experientes preferem agir com cautela.
- e) O evento foi cancelado com a chegada da chuva.

**03.** Assinale a frase argumentativa que representa um raciocínio indutivo.

- a) Muitos alunos terminam a prova antes do tempo; João deverá terminar no tempo correto.
- b) O desmatamento local piorou nos últimos anos; a vida na europa não tem sido tão fácil como um dia dizem ter sido.
- c) Investimento estrangeiro na economia nacional pode ser uma boa saída.
- d) Devido ao acúmulo de chuvas no final do mês previsto para a região, João reforçou a estrutura de sua casa.
- e) Uma escola privada da região foi invadida durante o horário de aula. As escolas precisam reforçar a segurança dos alunos e controlar o acesso a suas dependências.

**04.** Assinale a opção que apresenta uma falácia argumentativa caracterizada adequadamente.

- a) O melhor candidato a esse posto é o João, pois entre todos é o mais preparado. / Simplificação exagerada
- b) Todas as mulheres sabem cozinhar, logo Ana sabe cozinhar. / Círculo vicioso.
- c) O advogado mentiu pela sua cliente; todos os advogados têm caráter duvidoso. / Generalização excessiva.
- d) O professor repreendeu o aluno que conversava; obviamente não se pode levar a sério a repreensão de quem só chega atrasado. / Fuga do tema.
- e) Para melhorar a economia no Brasil, basta abrir novas vagas de emprego. / Argumento autoritário.

**05.** O segmento textual abaixo que deve ser classificado como argumentativo, é:

- a) Como dizia o filósofo, estamos neste mundo das coisas visíveis só de passagem.
- b) Crescer é abrir mão do que um dia fomos.
- c) Numerosos são aqueles para quem a arte não passa de uma distração;
- d) Tenha sempre em mãos o melhor a oferecer.
- e) Os idosos são professores da vida que já viveram.

**06.** “Ana era alta. Tão alta que parecia o equilíbrio não habitar ali. Ela saía todos os dias determinada a mudar o mundo. Com a calma e o desejo de ver tudo transformado, andava apressada como quem tem alguém a sua espera. Com um entusiasmo inigualável, motivava a muitos”. Nesse texto, a descrição da personagem Ana é de base:

- a) moral
- b) física;
- c) físico-psíquica;
- d) psíquica;
- e) físico-moral.

**07.** Assinale a opção que indica a frase em que o acento grave está empregado incorretamente.

- a) Às regras os novos moradores não obedeciam.
- b) Os jornais denunciavam os escândalos relacionados à instituições financeiras.
- c) Chamou-me para a palestra às vésperas de meu aniversário.
- d) Todo aquele esforço visava à melhor posição.
- e) Os brindes foram feitos cuidadosamente à mão

**08.** Na frase “Começou a chover e a rua encheu”, a conjunção E mostra o mesmo valor em:

- a) Afirmaram que não haveria prejuízo e todos saíram perdendo.
- b) Os prédios serão reconstruídos e as ruas serão pavimentadas.
- c) O policiamento diminuiu e os assaltos começaram a ocorrer.
- d) Todos estavam ansiosos pela inauguração da nova delegacia e pela chegada do novo delegado.
- e) O advogado disse que não se atrasaria e se atrasou.

**09.** A frase abaixo em que o significado da palavra sublinhada foi trocado é:

- a) Pela sua atitude, foi tachado de egoísta.
- b) O surgimento de uma nova forma de governo era imidente.
- c) Os sintomas começam pela cauda do animal.
- d) O extrato social deveria importar menos que o caráter.
- e) O emigrante carrega a saudade do lugar a que pertence.

**10.** Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os gerentes informaram aos administradores que não poderiam dar descontos.
- b) Após a esposa passar mal, João ligou para sua mãe.
- c) Chegaram ao local e instalaram um sistema rápido.
- d) Maria pegou o suporte do relógio que estava em seu quarto.
- e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

**LÍNGUA INGLESA***Andrea Belo***Texto para questões 11 a 18**

Right now, Turkey is being ravaged by one of the most devastating wildfires the country has seen. Our hearts go out to all the families and communities directly affected by the wildfires.

Turkey's forests are home to many unique species that do not live anywhere else on our planet. However, the nation is rapidly losing nature and wildlife for various reasons, with fires being one of them.

As the fires spread, at least 144 spots in more than 30 provinces have been affected by the wildfires in the last 7 days. Antalya province alone hosts 11,870 species, of which 1,421 are endemic and 121 are endangered.

Turkey's forests, which produce 42 million tons of oxygen per year, hold approximately 90 million tons of carbon, protect our soil and water, and host millions of creatures, are a source of life for approximately 10 million people.

But with more than 2,000 forest fires occurring every year since 1990, destroying an average of 10,000 hectares of land, we become more vulnerable to the effects of the climate crisis. (<https://ip.panda.org/turkey-wildfires>)

On the previous text and the vocabulary used in it, judge the items below:

**11. According to the text, Turkey**

- a) had been devastated as it never happened.
- b) had never been devastated before the last years.
- c) was devastated once in a while.
- d) had been destroyed recently.
- e) have never been destroyed

**12.** The author of the text claims that the fire consequences are reflected in a sentence, which is

- a) Turkey is being ravaged by one of the most devastating wildfires the country has seen.
- b) However, the nation is rapidly losing nature and wildlife for various reasons, with fires being one of them.
- c) Turkey's forests are home to many unique species.
- d) Antalya province alone hosts 11,870 species, of which 1,421 are endemic and 121 are endangered.
- e) destroying an average of 10,000 hectares

**13.** The term “within” refers to

- a) however
- b) last years
- c) the period of 5 years.
- d) the idea of the destruction.
- e) 5 years

**14.** Analysing the paragraphs presented, the term *ravaged* in the text, is a synonym of

- a) destroyed
- b) happened
- c) suffered
- d) constructed
- e) believed

**15.** According to the text, the term “directly” can be replaced by

- a) straight
- b) direct
- c) pointed
- d) around
- e) over

**16.** In the text, about Turkey's forests, we can infer that

- a) they are home to species that cannot live anywhere else on our planet.
- b) they have been devastated since 90's.
- c) something that has no solution.
- d) something never registered before because of the situation gravity.
- e) something in danger

**17.** It is possible to infer according to the text that

- a) much fire has destroyed two thousand forests since 1990.
- b) fire destroyed two thousand forests fast.
- c) fire devastated two thousand forests.
- d) ten thousand hectares were destroyed.
- e) ten thousand hectares were done

**18.** According to the text, the term “average” can be replaced by

- a) midpoint
- b) midday
- c) up to
- d) around
- e) more than

---

**RACIOCÍNIO LÓGICO - MATEMÁTICO**

---

**Eduardo Mocelin**

**19.** Considere a sentença:

“Se Armando é anestesista e Ricardo não é reumatologista, então Cássio não é cirurgião”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é

- a) Se Cássio não é cirurgião, então Armando é anestesista e Ricardo não é reumatologista.
- b) Se Armando não é anestesista e Ricardo é reumatologista, então Cássio é cirurgião.
- c) Se Armando não é anestesista ou Ricardo é reumatologista, então Cássio é cirurgião.
- d) Se Cássio é cirurgião, então Armando não é anestesista ou Ricardo é reumatologista.
- e) Se Cássio é cirurgião, então Armando não é anestesista e Ricardo não é reumatologista.

**20.** Considere a afirmação:

“Na vida profissional, todos os auditores são bem-sucedidos.”

Se essa frase é falsa, é correto concluir que:

- a) Na vida pessoal, todos os auditores são malsucedidos.
- b) Na vida profissional, todos os auditores são malsucedidos.
- c) Na vida profissional há, pelo menos, um auditor que não é bem-sucedido.
- d) Na vida pessoal há auditores que não são bem-sucedidos.
- e) Profissionalmente nenhum auditor é bem-sucedido.

**21.** Considere as seguintes afirmações:

- I. Se Pedro é gaúcho, então Ricardo não é.
- II. Se Saulo é gaúcho, então Tiago é.
- III. Pedro não é gaúcho e Ubaldo é.
- IV. Vitor é gaúcho e Tiago é.
- V. Saulo é gaúcho e Ricardo é.

Sabendo-se que as afirmações III e IV são falsas e as demais são verdadeiras, é correto concluir que:

- a) Se Vitor não é gaúcho, então Pedro é.
- b) Se Ubaldo é gaúcho, então Vitor é.
- c) Tiago é gaúcho e Pedro é.
- d) Se Ricardo é gaúcho, então Ubaldo é.
- e) Se Ubaldo não é gaúcho, então Tiago não é.

**22.** No período de 2023 a 2099, os anos bissextos (que apresentam 366 dias) são aqueles divisíveis por 4. Sabendo que 2023 terá 53 domingos, o primeiro ano desse período em que o dia 1º de janeiro cairá em uma terça-feira será

- a) 2025
- b) 2026
- c) 2028
- d) 2029
- e) 2030

**23.** Um cubo teve suas seis faces pintadas de azul e, em seguida, foi dividido em 27 cubinhos idênticos. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Seis cubinhos têm apenas uma face pintada de azul.
- b) Doze cubinhos têm apenas duas faces pintadas de azul.
- c) Vinte cubinhos têm pelo menos duas faces pintadas de azul.
- d) Oito cubinhos têm pelo menos três faces pintadas de azul.
- e) Todos os cubinhos têm pelo menos uma face pintada de azul.

**24.** Um Auditor Fiscal da Receita Federal alocou os autos de infração lavrados pelo seu setor em quatro gavetas, numeradas de 1 a 4. Após uma orientação do seu chefe imediato, realocou os autos de infração nas quatro gavetas de acordo com a gravidade da infração: na primeira gaveta ficaram as infrações gravíssimas e na última gaveta ficaram as infrações leves.

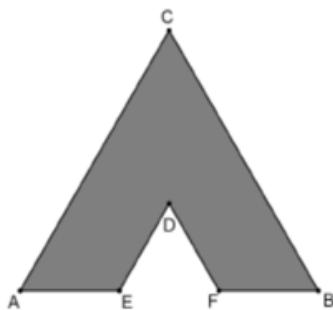
Na matriz  $A$  abaixo, cada elemento  $a_{ij}$  representa o número de autos de infração que estavam na gaveta  $i$  e foram para a gaveta  $j$  após a orientação do chefe.

$$M = \begin{bmatrix} 5 & 4 & 3 & 7 \\ 3 & 1 & 5 & 1 \\ 8 & 2 & 6 & 3 \\ 1 & 3 & 1 & 2 \end{bmatrix}$$

**É correto concluir que:**

- a) A gaveta 3 tinha 15 autos de infração antes da orientação do chefe imediato.
- b) A gaveta 1 passou a ter 19 autos de infração após a orientação do chefe imediato.
- c) A gaveta 2 é a que mais tinha autos de infração antes da orientação do chefe imediato.
- d) Considerando as situações anterior e posterior à orientação do chefe, a gaveta 1 foi a que mais perdeu autos de infração.
- e) Considerando as situações anterior e posterior à orientação do chefe, a gaveta 4 foi a que mais ganhou autos de infração.

**25.** Observe o polígono a seguir.



Os lados AC e BC são paralelos, respectivamente, aos lados ED e FD. Além disso,  $EF = \frac{1}{3}AB$ , e a área do triângulo ABC mede  $81 \text{ cm}^2$ .

A área do polígono ACBFDE é:

- a)  $72 \text{ cm}^2$
- b)  $69 \text{ cm}^2$
- c)  $63 \text{ cm}^2$
- d)  $57 \text{ cm}^2$
- e)  $54 \text{ cm}^2$

**26.** O número de possíveis maneiras de colocar em uma fila 6 homens e 5 mulheres, com todos os homens de idade diferente, de modo que os homens fiquem em ordem decrescente de idade, é

- a) 55.440
- b) 55.420
- c) 47.620
- d) 47.470
- e) 46.560

## ESTATÍSTICA

*Carlos Henrique*

**27.** Uma amostra aleatória de tamanho 5 é retirada de uma população e observa-se que seus valores, quando postos em ordem crescente, obedecem a uma Progressão Aritmética.

Se a variância amostral não viciada vale 40, qual é o valor da razão da Progressão Aritmética?

- a) 3
- b)  $5\sqrt{2}$
- c) 4
- d)  $2\sqrt{5}$
- e) 1

**28.** A probabilidade de João ir à festa do CH é de 0,6 e a probabilidade de Maria ir à festa do CH é de 0,5. A probabilidade condicional de João ir à festa dado que Maria irá à festa é de 0,7. Assim a probabilidade de que João vá à festa OU Maria vá à festa é de:

- a) 60%
- b) 65%
- c) 70%
- d) 75%
- e) 80%

**29.** Os salários dos servidores de determinado órgão público apresentam uma distribuição normal com média R\$ 2.000,00 e variância igual a 62.500 (R\$)<sup>2</sup>. Considere os valores das probabilidades  $P(0 \leq Z \leq z)$  para a distribuição normal padrão:

<b><i>z</i></b>	0,25	0,52	0,84	1,28
$P(0 \leq Z \leq z)$	0,10	0,20	0,30	0,40

A porcentagem dos servidores que ganham salários inferiores a R\$ 1.790,00 ou salários superiores a R\$ 2.320,00 é igual a

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%
- e) 50%

**30.** A jovem cientista Corujinha decide testar uma hipótese em um experimento químico. Para testar  $H_0: \mu \leq 10$  contra  $H_1: \mu > 10$ , sendo  $\mu$  a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,102 e não rejeitar  $H_0$ .
- b) 0,102 e rejeitar  $H_0$ .
- c) 2,88 e não rejeitar  $H_0$ .
- d) 0,002 e rejeitar  $H_0$ .
- e) 0,002 e aceitar  $H_0$ .

**31.** Uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos brasileiros acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de brasileiros que acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra é:

- a) 64%  $\pm$  3,8%
- b) 64%  $\pm$  4,1%
- c) 64%  $\pm$  4,7%
- d) 64%  $\pm$  5,2%
- e) 64%  $\pm$  5,8%

**32.** Uma instituição financeira pretende lançar no mercado um aplicativo para celular. Para isso, deseja relacionar o grau de conhecimento dos clientes com as variáveis: nível de escolaridade e idade.

Uma amostra aleatória de 46 clientes foi selecionada e, posteriormente, aplicou-se o modelo de regressão linear, sendo a variável dependente o grau de conhecimento, em uma escala crescente, e as variáveis independentes (i) o nível de escolaridade, em anos de estudo com aprovação, e (ii) a idade, em anos completos.

Os resultados obtidos para os coeficientes foram:

	Coefficientes	Erro padrão	Estatística t	valor-P
Interseção	50,7	4,1	12,4	8,5E-16
Nível de escolaridade (anos de estudo com aprovação)	4,0	0,3	12,4	9,1E-16
Idade (anos completos)	-0,6	0,1	-8,4	1,2E-10

O grau de conhecimento esperado de um cliente com 10 anos de estudos com aprovação e com 30 anos de idade completos é

- a) 108,7
- b) 94,1
- c) 54,1
- d) 72,7
- e) 86,1

**ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS**
*Celso Natale*

**33.** Determinada economia possui apenas os bens X e Y, sendo seus preços, respectivamente,  $P_X = 4$  e  $P_Y = 8$ .

Considere ainda que Rafaela é uma consumidora cuja função utilidade seja representada por  $U = X \cdot Y$  e que tem uma renda de \$48. Nesse caso, a cesta de consumo que maximiza a satisfação de Rafaela é:

- a)  $X = 6 / Y = 3$
- b)  $X = 6 / Y = 4$
- c)  $X = 12 / Y = 6$
- d)  $X = 3 / Y = 6$
- e)  $X = 8 / Y = 3$

**34.** Considere que um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda é totalmente inelástica, foi instituído em um mercado competitivo. Dessa forma, é possível concluir que o ônus do tributo será:

- a) repassado na maior parte aos produtores.
- b) totalmente suportado pelos produtores.
- c) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- d) repassado na maior parte aos consumidores.
- e) totalmente suportado pelos consumidores.

**35.** Acerca da Teoria da Tributação, analise a afirmativa a seguir.

O princípio tributário segundo o qual a tributação não deve causar distorções na alocação de recursos da economia, a fim de garantir a eficiência econômica é conhecido como:

- a) universalidade
- b) equidade
- c) neutralidade
- d) justiça social
- e) adequação.

**36.** Para diminuir a desigualdade na repartição de renda, o Estado pode utilizar determinados mecanismos, como transferências (diretas ou indiretas) de renda para as classes menos favorecidas, através da tributação progressiva. Além disso, é possível a adoção de políticas macroeconômicas, a fim de garantir o pleno emprego e o controle da inflação.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando, respectivamente, as seguintes funções:

- a) Orçamentária e Reguladora
- b) Distributiva e Estabilizadora
- c) Alocativa e Distributiva
- d) Estabilizadora e Alocativa
- e) Reguladora e Distributiva

**37.** Um país apresentou, em determinado período, as seguintes transações em seu Balanço de Pagamentos (em unidades monetárias):

- exportação de 70 bilhões em bens, recebendo à vista;
- importação de 40 bilhões em bens, pagando à vista;
- déficit no Saldo de Serviços no valor de 15 bilhões;
- déficit no Saldo de Rendas Primárias no valor de 5 bilhões.

O saldo do balanço de pagamentos em transações correntes, em u.m., do referido país foi de:

- a) 5 bilhões.
- b) 10 bilhões.
- c) 15 bilhões.
- d) 20 bilhões.

**38.** Considere que o custo total de uma firma em concorrência perfeita seja dado pela seguinte função:

$$CT = 1 + 3.x + 6.x^2$$

Sendo CT= custo total e x = quantidade produzida.

Ao produzir no nível ótimo, esta firma obteve um lucro total de \$53. Com base nessas informações, pode-se afirmar que o preço de mercado é de::

- a) 36
- b) 39
- c) 42
- d) 45
- e) 48

## **ADMINISTRAÇÃO GERAL**

*Stefan Fantini*

**39.** No processo administrativo, a divisão do trabalho e a atribuição de responsabilidades são tarefas tipicamente relacionadas à função:

- a) planejamento
- b) organização
- c) direção
- d) controle
- e) distribuição

**40.** João das Neves é Gerente de Comunicação de determinada Entidade Pública. A sua principal atribuição é divulgar para a sociedade os projetos e resultados alcançados pela Entidade. Mario Bros, por sua vez, também é funcionário dessa mesma Entidade Pública e tem como principal atribuição compartilhar informações relevantes com outros membros da Entidade.

Tendo em vista os papéis desempenhados pelo administrador, pode-se afirmar que João das Neves e Mario Bros desempenham, essencialmente, papéis:

- a) informacionais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- b) interpessoais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- c) interpessoais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- d) informacionais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- e) interpessoais, de porta-voz e monitor, respectivamente.

**41.** Para desempenhar suas funções e papéis na organização, o administrador deve possuir habilidades de três tipos: humanas, técnicas e conceituais. Assinale a alternativa que descreve corretamente um exemplo de habilidades conceituais.

- a) Liderar e motivar os subordinados.
- b) Desempenhar tarefas que requerem conhecimentos especializados, tais como a elaboração de balanços patrimoniais.
- c) Capacidade de manter bons relacionamentos na organização.
- d) Capacidade de coordenar e influenciar equipes.
- e) Capacidade de visualizar a organização como um todo e de trabalhar com ideias e conceitos.

**42.** O fragmento a seguir foi extraído do site institucional da Receita Federal:

“Sermos reconhecidos como essenciais ao progresso do país, engajados na inovação, na promoção da conformidade tributária e aduaneira e na oferta de serviços de excelência à sociedade.”

Esse fragmento representa

- a) a visão da Receita Federal.
- b) a missão da Receita Federal.
- c) o negócio da Receita Federal.
- d) a estratégia da Receita Federal.
- e) os valores da Receita Federal.

**43.** Suponha que a Receita Federal tenha analisado, em 2021, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2022, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2021 para 2022, a Receita Federal foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

**44.** O gerente de produção da empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY, fabricante de peças para smartphones, observou um aumento no número de peças fora dos padrões definidos. À vista disso, o gerente tem por objetivo monitorar continuamente as atividades, adotando um controle simultâneo.

Um exemplo de controle simultâneo seria:

- a) programa de manutenção preventiva
- b) inspeção de matérias-primas
- c) controle de qualidade das peças produzidas
- d) supervisão direta das atividades
- e) inspeção de insumos e equipamentos

**45.** A empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Além disso, a referida empresa identificou que um grande concorrente direto do mercado foi a falência.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

**46.** O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

**47.** A avaliação das políticas públicas tornou-se um procedimento institucionalizado na administração pública e tem sido realizada utilizando-se diferentes dimensões e metodologias. Uma das propostas incluem a avaliação de metas, de impacto e de processo. Acerca das políticas públicas e dos diversos métodos de avaliação, aponte a alternativa correta:

- a) a avaliação de metas tem como objetivo medir o grau de êxito que um programa ou projeto obtém em relação ao processo e ao seu impacto.
- b) a avaliação de metas e de impacto ocorrem concomitantemente à implementação do programa ou projeto.
- c) a avaliação de impacto tem como objetivo identificar os efeitos sobre a população-alvo do programa ou projeto e produzir dados para reprogramação das ações.
- d) a avaliação de processo tem como objetivo medir o grau de cobertura do programa ou projeto, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e produzir dados para a reprogramação das ações.
- e) a avaliação de processo ocorre simultaneamente com a avaliação de metas.

**48.** A governança pública passou a ser tema de debate com a implantação da nova gestão pública, cujo objetivo era proporcionar ao cidadão as informações necessárias que permitissem o devido acompanhamento dos atos dos agentes responsáveis pela execução das políticas públicas. De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014), há instâncias de governança que são responsáveis por dirimir os conflitos de interesse, definir ou avaliar estratégias e políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- a) ouvidoria.
- b) conselho fiscal.
- c) conselhos de administração.
- d) auditoria interna.
- e) controladorias.

**49.** A utilização de processos participativos de gestão, segundo alguns acadêmicos, é uma consequência do movimento da Nova gestão pública. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) Por determinação constitucional, o orçamento participativo, como instrumento de soberania popular, visa à ampliação da democracia direta.
- b) O objeto da Administração Pública Gerencial é o desenvolvimento dos processos participativos de gestão pública.
- c) O exercício da Governança Pública, a exemplo do que ocorre no orçamento participativo, implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos nos processos de decisão.
- d) A ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado são considerados forças propulsoras do movimento da Governança Pública.
- e) Os processos participativos de gestão pública representam uma completa ruptura em relação ao modelo tradicional burocrático.

**50.** A Administração Pública, visando se adaptar às necessidades da sociedade, tem incorporado novas conceitos e práticas de gestão, à exemplo da Gestão por Resultados, da governança corporativa, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) As eleições e o voto são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta negativamente a corrupção e a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade ou boas relações entre os poderes, não há como se falar em governabilidade.
- d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.
- e) Uma boa governabilidade depende de uma boa governança.

**51.** O processo das políticas públicas mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto sociopolítico nacional e internacional, que favoreceu uma concepção mais ágil da atividade governamental. Todos os componentes abaixo são comuns às definições correntes de política pública, exceto:

- a) Ideológico: toda política requer um discurso legitimador, ou seja, destinado a reforçar a convicção dos diversos atores quanto ao acerto das ações governamentais e à sua orientação para o bem de todos.
- b) Decisório: qualquer política envolve um conjunto sequencial de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de curto ou longo alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades.
- c) Comportamental: toda política pode envolver ação ou inação, mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não somente uma decisão singular.
- d) Causal: toda política é um produto de ações e, por sua vez, provoca efeitos sobre o sistema político e social.
- e) Institucional: as políticas são elaboradas ou decididas por autoridades formal e legalmente constituídas no âmbito da sua competência e são coletivamente vinculantes.

**52.** O modelo lógico é uma ferramenta de execução que consiste no cruzamento de diversas informações que exibem a racionalidade de uma política pública. As etapas sequenciais e sistemáticas adotadas pelo modelo lógico são, respectivamente

- a) insumos, atividades, resultados, produtos, impactos
- b) insumos, produtos, resultados, atividades, impactos
- c) insumos, atividades, produtos, resultados, impactos
- d) impactos, produtos, resultados, atividades, insumos
- e) impactos, resultados, produtos, atividades, insumos

**53.** O tipo de avaliação de políticas públicas que durante o processo, cujo objetivo está na decisão acerca da modificação ou revisão da política, com um caráter pedagógico, denomina-se:

- a) Avaliação formativa
- b) Avaliação somativa
- c) Avaliação ex ante
- d) Avaliação ex post
- e) Avaliação custo-benefício

**54.** O projeto de interoperabilidade nasceu da percepção de que os dados administrativos do governo federal são muitos, mas não “conversam entre si”, dificultando a avaliação de políticas públicas. São objetivos do trabalho de interoperabilidade dos dados, à exceção de:

- a) Implantar mecanismo de personalização da oferta de serviços públicos digitais, baseados no perfil do usuário
- b) Garantir, no mínimo, noventa e nove por cento de disponibilidade das plataformas compartilhadas de governo digital
- c) Estabelecer barramento de interoperabilidade dos sistemas do Governo federal
- d) Permitir que o portal único gov.br, no qual estão as informações institucionais, as notícias e os serviços públicos prestados pelo Governo federal, atuará de maneira descentralizada.
- e) Disponibilizar novos mecanismos de assinatura digital ao cidadão, até 2022.

## AUDITORIA

*Guilherme Santanna*

**55.** Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras, inclusive para:

- a) auxiliar o auditor a aplicar os procedimentos de auditoria de forma apropriada e suficiente
- b) auxiliar o auditor a identificar e resolver objetivamente problemas potenciais
- c) auxiliar o auditor a organizar a coleta de evidências para que o trabalho seja realizado de forma eficaz e eficiente
- d) auxiliar na seleção dos membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem às evidências encontradas e na alocação apropriada de tarefas
- e) auxiliar, se for o caso, na coordenação do trabalho realizado por outros auditores e especialistas

**56. Assinale a afirmativa INCORRETA:**

- a) O auditor deve selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
- b). Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- c) Os exemplos de risco de amostragem incluem o uso de procedimentos de auditoria não apropriados ou a interpretação errônea da evidência de auditoria e o não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.
- d) O auditor deve determinar o tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável
- e) Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra.

**57. Analise os itens a seguir:**

- I. O objetivo do auditor é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.
- II. Como base para a opinião do auditor, as NBCs TA exigem que ele obtenha garantia de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.
- III. Em geral, as distorções, inclusive as omissões, são consideradas relevantes se for razoável esperar que influenciem as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Estão corretos:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) I e II
- e) II e III

**58. De acordo com as normas de auditoria, assinale a opção que indica o posicionamento relacionado à apresentação, no relatório do Auditor Independente, da auditoria relacionada à Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nas entidades auditadas.**

- a) Deve ser referenciada em parágrafo de “Ênfase”, junto com o resumo das principais políticas contábeis adotadas.
- b) Deve ser tratada em parágrafo de “Outros Assuntos”, uma vez que a DVA é obrigatória para as companhias abertas, segundo a legislação societária brasileira, enquanto de acordo com as IFRS, deve ser considerada uma informação suplementar.
- c) Não deve ser apresentada, uma vez que, segundo a legislação societária brasileira, é obrigatória apenas para as companhias abertas, enquanto não é obrigatória de acordo com as normas internacionais.
- d) Deve ser tratada em parágrafo de “Outros assuntos”, por não ser uma demonstração obrigatória no conjunto de demonstrações contábeis e, sim, uma informação complementar para as companhias abertas, segundo a legislação societária brasileira.
- e) Deve ser apresentada em parágrafo de “Opinião”, conforme previsto na legislação societária brasileira.

**59.** Quando planejar e executar procedimentos analíticos substantivos, isoladamente ou em combinação com testes de detalhes, tais como procedimentos substantivos, o auditor deve observar todos os aspectos abaixo, EXCETO:

- a) determinar a adequação de procedimentos analíticos substantivos específicos para determinadas afirmações, levando em consideração os riscos avaliados de distorção relevante e testes de detalhes, se houver, para essas afirmações
- b) indagar a administração e obter de evidência de auditoria apropriada e relevante para as respostas da administração
- c) avaliar a confiabilidade dos dados em que se baseia a expectativa do auditor em relação a valores registrados ou índices, levando em consideração a fonte, comparabilidade, natureza e relevância das informações disponíveis, e os controles sobre a elaboração dos dados
- d) desenvolver uma expectativa de valores registrados ou índices, e avaliar se a expectativa é suficientemente precisa para identificar uma distorção que, individualmente ou em conjunto com outras distorções, pode fazer com que as demonstrações contábeis apresentem distorções relevantes
- e) determinar o valor de qualquer diferença entre valores registrados e valores esperados que seja aceitável sem exame adicional conforme requerido

**60.** A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis. Neste contexto, é razoável que o auditor assuma que os usuários, EXCETO

- a) possuem conhecimento razoável de negócios, atividades econômicas, de contabilidade e a disposição de estudar as informações das demonstrações contábeis com razoável diligência
- b) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade
- c) exercem julgamentos sobre materialidade à luz das circunstâncias envolvidas
- d) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas, julgamento e a consideração sobre eventos futuros
- e) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

**61.** O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente. De acordo com a NBC TA 500 (R1) - Evidência de Auditoria, assinale a opção que indica o procedimento que representa evidência de auditoria obtida pelo auditor como resposta escrita de terceiro (a parte que confirma) ao auditor, em forma escrita, eletrônica ou em outra mídia.

- a) Indagação.
- b) Recálculo.
- c) Inspeção.
- d) Confirmação externa.
- e) Observação.

**62.** A auditoria do Patrimônio Líquido tem as seguintes finalidades, **COM EXCEÇÃO** de:

- a) determinar se todas as receitas, custos e despesas atribuídos ao período estão devidamente comprovados e contabilizados
- b) determinar se o patrimônio líquido está corretamente classificado nas demonstrações financeiras e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas
- c) determinar se toda a norma descrita nos estatutos social e nas obrigações sociais e legais foram cumpridas
- d) determinar a existência de restrições de uso das contas patrimoniais
- e) determinar se as ações ou o título de propriedade do capital social foram adequadamente autorizados e emitidos

---

**CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA**

---

*Marcondes Fortaleza*

**63.** Analise as afirmativas a seguir e marque V para as verdadeiras e F para as falsas, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

- ( ) No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.
- ( ) Alguns usuários da informação contábil podem ter a prerrogativa de exigir a elaboração de relatórios para atender às suas necessidades específicas. Caso esses usuários identifiquem que a informação fornecida pelos RCPGs seja útil aos seus propósitos, esses relatórios são elaborados especificamente para atender a essas necessidades.
- ( ) A principal função dos governos e de outras entidades do setor público é a de fornecer serviços que aprimorem ou mantenham o bem-estar dos cidadãos e dos outros indivíduos.

Esses serviços incluem, por exemplo: programas e políticas de bem-estar, educação pública, segurança nacional e defesa nacional. Na maioria dos casos, esses serviços são fornecidos como resultado de transação sem contraprestação em ambiente competitivo.

- ( ) Espera-se que os usuários dos RCPGs tenham conhecimento razoável das atividades da entidade e do ambiente no qual ela funciona, além de serem capazes e preparados para lerem os RCPGs e revisar e analisar a informação apresentada com a diligência apropriada.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.
- b) F, V, V, V.
- c) V, V, F, F.
- d) F, V, F, V.
- e) V, V, V, V.

**64.** De acordo com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o conjunto completo das Demonstrações Contábeis inclui, exceto:

- a) balanço patrimonial.
- b) demonstração do resultado.
- c) demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- d) demonstração dos fluxos de caixa.
- e) demonstração do valor adicionado.

**65.** De acordo com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de caixa da entidade. São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades operacionais, exceto:

- a) recebimentos de caixa de concessões ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentárias realizadas pelo governo central e subnacionais ou outras entidades do setor público.
- b) pagamentos em caixa a outras entidades do setor público para financiar suas operações (não inclui empréstimo).
- c) pagamentos em caixa a fornecedores de mercadorias e serviços.
- d) recebimentos de caixa resultantes da venda de ativos de longo prazo.
- e) recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes de operações descontinuadas.

**66.** Uma sociedade empresária iniciou o ano de X0 com folha de pagamento de R\$ 60.000. Em fevereiro de X0, a sociedade empresária aumentou o salário de seus empregados em 10%, de modo que a folha de pagamento passou a ser de R\$ 66.000. Assinale a opção que indica o valor contabilizado como “Despesa com 13º salário”, nos meses de janeiro, fevereiro e março de X0.

- a) R\$ 5.000; R\$ 5.500; R\$ 5.500
- b) R\$ 5.000; R\$ 6.000; R\$ 5.500
- c) R\$ 5.500; R\$ 5.500; R\$ 6.000
- d) R\$ 5.500; R\$ 5.500; R\$ 5.500
- e) R\$ 5.000; R\$ 6.000; R\$ 6.000

**67.** Em 02/01/2022, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 31/12/2027.

No contrato do financiamento havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2022, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 29/12/2022, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2022.

- a) Ativo realizável a longo prazo.
- b) Passivo circulante.
- c) Resultado de exercícios futuros.
- d) Passivo não circulante.
- e) Reserva de contingências.

**68.** Suponha-se que uma entidade assine contrato com um cliente para entregar os produtos A, B e C por um valor total de R\$ 300. Sabe-se que se um cliente comprasse esses produtos (A, B e C) isoladamente, pagaria um total de R\$ 340, dado que os preços isolados desses produtos são de R\$ 102, R\$ 170 e R\$ 68, respectivamente.

No que diz respeito ao Produto C, a alocação do preço do contrato total nas obrigações individuais será de:

- a) R\$ 60,00
- b) R\$ 68,00
- c) R\$ 90,00
- d) R\$ 102,00
- e) R\$ 150,00

**69.** A companhia MAVIFOR possuía um imóvel registrado no imobilizado com valor contábil, em 31/12/22, de R\$ 100.000,00. Referido imóvel havia sido reavaliado, razão pela qual a empresa tinha um saldo em reserva de reavaliação de R\$ 5.000,00. Em 01/01/23, a companhia tira o imóvel de uso e destina para valorização de capital, passando a mensurá-lo pelo valor justo que, na ocasião, era de R\$ 93.000,00. O registro contábil da mudança de uso para valorização:

- a) não afetará o valor do PL
- b) diminuirá o resultado em R\$ 7.000,00
- c) diminuirá o PL em R\$ 7.000,00
- d) diminuirá o resultado em R\$ 5.000,00
- e) diminuirá o valor do PL em R\$ 2.000,00

**70.** A Cia É LENHA apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial de 31/12/2021:

Caixa: R\$ 300.000 e Capital Social: R\$ 300.000.

Em 01/01/2022 a sociedade empresária comprou um veículo por R\$ 60.000 à vista. A vida útil estimada é de dez anos e a sociedade empresária não considerava valor residual. A depreciação do veículo para fins fiscais é de cinco anos.

Ainda no ano de 2022, ela auferiu receitas de serviços no valor de R\$ 150.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 180.000. A sociedade empresária apresentava fortes perspectivas de lucros nos anos seguintes.

No ano de 2023, ela auferiu Receitas de Serviços no valor de R\$ 225.000. Já os custos dos serviços prestados foram de R\$ 195.000.

Em 31/12/2023, o imposto sobre a renda corrente e o imposto sobre a renda diferido da sociedade empresária, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32, Tributos sobre o Lucro, considerando a alíquota de imposto sobre a renda e a contribuição social fixa de 34%, são, respectivamente,

- a) R\$ 4.284 e R\$ 6.120.
- b) R\$ 4.284 e R\$ 2.040.
- c) R\$ 6.120 e R\$ 2.040.
- d) R\$ 8.160 e zero.
- e) R\$ 4.284 e R\$ 3.876.

## FLUÊNCIA EM DADOS

*Emannuelle Gouveia*

**71.** Das letras abaixo, marque aquela que contém características específicas da Tupla no Python:

- a) imutável e sem valores duplicados.
- b) não ordenado e indexável.
- c) delimitado por colchetes e mutável.
- d) ordenado e imutável.
- e) não ordenado, mutável.

**72.** No Python, a estrutura de repetição que não necessita declarar uma variável de controle é :

- a) for
- b) continue
- c) var
- d) const
- e) while

**73.** No R, o comando ls() é responsável por:

- a) lista arquivos de determinado diretório.
- b) lista os objetos criados no console.
- c) Mostra a estrutura do tópico no R
- d) Documentação do tópico, que pode ser uma função ou um objeto
- e) carrega dados específicos

**74.** Um Sistema de Informação está sujeito a falhas durante a execução de uma transação. Caso haja uma falha geral do sistema no meio de uma transação e o banco de dados não seja capaz de voltar ao estado original dos dados antes da falha, falamos que ocorreu um problema de:

- a) integridade.
- b) redundância.
- c) ruptura de acesso.
- d) atomicidade.
- e) isolamento.

**75.** Das letras abaixo, marque aquela que não representa uma característica do DW:

- a) orientado por assunto.
- b) um conjunto de regras que resolvem um determinado problema.
- c) um conjunto de dados integrados.
- d) não volátil.
- e) variante no tempo.

**76.** Sobre aprendizado de máquina:

- a) se os rótulos se referem a um conjunto infinito e não ordenado de valores categóricos a tarefa se chama regressão.
- b) se os rótulos se referem a um conjunto finito e ordenado de valores categóricos a tarefa se chama classificação
- c) se os rótulos se referem a um conjunto finito e não ordenado de valores categóricos a tarefa se chama classificação
- d) Se os rótulos se referem a um conjunto infinito de valores numéricos contínuos a tarefa se chama classificação.
- e) se os rótulos se referem a um conjunto finito e não ordenado de valores numéricos a tarefa se chama classificação

**77.** Sobre ETL

- a) Apresenta extração e carga obrigatórias no processo e transformações opcionais
- b) Apresenta extração e carga opcionais e transformações obrigatórias.
- c) realiza a carga obrigatoriamente de uma base de origem para uma base de destino
- d) é a parte mais simples e exige o menor esforço no desenvolvimento de um DW.
- e) não executa transformações, como por exemplo corrigir erros de integridade, porque os dados devem ser mantidos como os originais..

**78.** Um usuário deseja obter a listagem de nomes de funcionários não repetidos da RECEITA FEDERAL. Para isso ele acessará a tabela “servidor” e usará o campo nome. Qual das letras abaixo, indica a sintaxe correta do comando:

- a) select \* from servidor
- b) select nome from servidor
- c) select nome from servidor where codigo <> 1
- d) select codigo, nome from servidor where codigo >= 0
- e) select distinct nome from servidor

**79.** Marque das letras abaixo aquela que apresenta tarefas da PLN

- a) Tokenization, Stemming
- b) Stemming, Division
- c) Divsion, Lemmatization
- d) Lemmatization, Test Tagging
- e) Test Tagging, Division

**80.** Das letras abaixo aquela que apresenta apenas soluções de BIG Data

- a) Análise Preditiva, Aplicativos de Escritório.
- b) Hadoop, Firewall.
- c) Banco de Dados NoSQL, Firewall
- d) Data Lake, Aplicativos de Escritório
- e) Hadoop, Análise Preditiva.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

*Antônio Daud*

**81.** Joãozinho, ex-prefeito de determinada cidade brasileira, foi condenado por ato culposo de improbidade administrativa, praticado em agosto de 2020 e objeto de ação ajuizada pela Procuradoria Municipal, em representação ao próprio município, que caracterizou a ocorrência de prejuízo ao erário. Considerando que, no início de 2023, a referida condenação não transitou em julgado, é correto afirmar, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que:

- a) a Lei 14.230/2021 aplica-se em benefício de Joãozinho, sendo que ele não poderá sofrer qualquer condenação pelo ato praticado, ainda que existente eventual dolo de sua parte.
- b) a Lei 14.230/2021 aplica-se em benefício de Joãozinho, razão pela qual sua condenação poderá ser revista com fundamento na inexistência de ato culposo na referida Lei, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.
- c) a Lei 14.230/2021 não se aplica em benefício de Joãozinho, dado o caráter irretroativo da norma benéfica da Lei 14.230/2021.
- d) a Lei 14.230/2021 não se aplica em benefício de Joãozinho, tendo em vista a não aplicação dos princípios do direito administrativo sancionador ao sistema da Lei de Improbidade.
- e) a Lei 14.230/2021 não se aplica em benefício de Joãozinho, porquanto as pessoas jurídicas interessadas não mais podem ajuizar ações por improbidade administrativa, o que torna ilegítima sua condenação.

**82.** De acordo com o STF, é constitucional a delegação do poder de polícia a algumas pessoas jurídicas de direito privado. Todavia, a Suprema Corte estabeleceu critérios para que tal delegação seja possível. Assinale a alternativa que não apresenta corretamente um desses requisitos:

- a) A entidade deverá prestar exclusivamente serviços públicos de atuação estatal e em regime não concorrencial.
- b) A delegação deve ocorrer por meio de lei.
- c) A entidade deve integrar a administração indireta.
- d) As entidades devem ser de capital majoritariamente público.
- e) Somente quando se tratar das fases de consentimento e de fiscalização.

**83.** Assinale, à luz do que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), alternativa que NÃO prevê corretamente hipótese de tratamento de dados pessoais:

- a) fornecimento de consentimento pelo titular.
- b) para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- c) para realização de estudos por órgão de pesquisa garantida sempre a anonimização dos dados pessoais.
- d) para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, desde que a pedido do titular dos dados.
- e) para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

**84.** Acerca da margem de preferência prevista na Lei 14.133/2021, é INCORRETO afirmar que:

- a) poderá ser estabelecida para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- b) por força do princípio do desenvolvimento nacional sustentável, poderá ser estabelecida para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
- c) poderá ser de até 10% (dez por cento), como regra geral, sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem nas hipóteses concessivas da margem de preferência.
- d) poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País.
- e) a margem aplica-se, por imposição da necessidade de parcelamento das compras, ainda que a capacidade de produção dos bens no País seja inferior à quantidade a ser adquirida.

**85.** Pedro, ao estudar as hipóteses de licitação dispensável previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), teve dúvidas quanto à ocorrência de situações emergenciais e de calamidade pública. Ao questionar Maria, sua professora, sobre o assunto, esta respondeu corretamente que:

- a) Somente poderá ser celebrado contrato com dispensa de licitação em casos de emergência ou calamidade que comprometam a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.
- b) No caso de dispensa de licitação para aquisição de bens necessários ao atendimento a situação emergencial ou calamitosa, a empresa poderá ser recontratada no caso de persistência da mesma necessidade.
- c) Celebrado contrato de 180 dias, caso a situação calamitosa ou emergencial motivadora da dispensa não seja solucionada no período, este poderá ser prorrogado, uma vez por igual período.
- d) O prazo máximo para o contrato celebrado por dispensa de licitação em casos de calamidade ou emergência é de 1 ano, vedada prorrogação em qualquer hipótese.
- e) Pode ser utilizada para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ou não ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano.

**86.** Acerca dos atos e dos processos administrativos, assinale a alternativa de acordo com a Lei federal 9.784/1999.

- a) Admitem-se atos de avocação e delegação de competências exclusivamente entre autoridades hierarquicamente subordinadas entre si.
- b) É prescindível a presença de advogado para defesa técnica em sede de processo administrativo disciplinar.
- c) De acordo com o entendimento do STF, a autoridade que julgar determinada questão no processo administrativo não poderá apreciá-la no recurso administrativo, a não ser que ocupando cargos distintos.
- d) Há um limite de no máximo quatro recursos hierárquicos no processo administrativo.
- e) As decisões de processos que resultaram na aplicação de sanções poderão ser revistas dentro do prazo máximo de cinco anos, observada a prescrição intercorrente trienal.

**87.** Como forma de viabilizar o financiamento privado a empreendimentos úteis à coletividade e, ao mesmo tempo atrair o interesse do investidor, foram concebidas as parcerias público-privadas (PPP). Nesse sentido, é característica inerente ao contrato de parceria público-privada (Lei 11.079/2004):

- a) período de prestação do serviço estar compreendido entre os prazos de 5 e 30 anos.
- b) ter como objeto único a execução de obra pública de grande vulto.
- c) a existência de contraprestação da administração pública ao parceiro privado, em ambas as modalidades de concessão especial, admitida a variabilidade remuneratória.
- d) a alteridade de riscos em desfavor do parceiro privado.
- e) a utilização de critérios subjetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado.

**88.** José, estudante que se preparava para um concurso público, se deparou com notícia divulgada em veículos de imprensa a respeito da aposição de sigilo de cem anos a documentos por órgãos públicos federais. A partir daí, passou a estudar as regras previstas na Lei de Acesso à Informação e concluiu corretamente que:

- a) é de quinze anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.
- c) as informações de interesse público devem ser divulgadas mediante a solicitação por qualquer interessado.
- d) o tratamento das informações pessoais pelo poder público deve ser feito de forma transparente, sendo que o interesse público prevalece sobre as liberdades e garantias individuais, no que se refere à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.
- e) a negativa de acesso à informação custodiada por órgão público é ato discricionário, que independe de motivação.

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

**89.** Maria, estudante de direito, solicitou que Ana, sua colega, lhe explicasse algumas características das competências recursais do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com Ana:

- 1. os recursos de competência do Supremo Tribunal Federal são apenas os de fundamentação vinculada;
- 2. nenhuma sentença proferida por órgão jurisdicional de primeira instância pode ser objeto de recurso a ser julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal; e
- 3. acórdãos proferidos pelos Tribunais Superiores não podem ser objeto de recurso direcionado ao Supremo Tribunal Federal.

Adriane, professora de Direito Constitucional, ao ouvir as afirmações de Ana, concluiu corretamente que

- a) todas estão certas.
- b) todas estão erradas.
- c) apenas a informação 2 está errada.
- d) apenas as afirmações 2 e 3 estão erradas.
- e) apenas as afirmações 1 e 3 estão erradas.

**90.** O Presidente da República editou quatro medidas provisórias (MPs), cada qual com o seguinte objeto:

(1<sup>a</sup> MP) autorizou que os Estados e o Distrito Federal legislassem sobre desapropriação em seu território;

(2<sup>a</sup> MP) alterou a alíquota de certo imposto de competência da União;

(3<sup>a</sup> MP) abriu créditos extraordinários ao orçamento da União, com o objetivo de atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de comoção interna; e

(4<sup>a</sup> MP) alterou as regras do processo disciplinar dos servidores públicos civis da União.

O Partido Político Alfa, insatisfeito com a edição das medidas provisórias, consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade formal desses diplomas normativos com a ordem constitucional, considerando o objeto de cada qual. O advogado, abstendo-se de considerações em torno de sua relevância e urgência, respondeu corretamente que, sob a ótica formal,

- a) apenas a 2<sup>a</sup>, a 3<sup>a</sup> e a 4<sup>a</sup> medidas provisórias são constitucionais.
- b) apenas a 1<sup>a</sup> e a 4<sup>a</sup> medidas provisórias são constitucionais.
- c) apenas a 2<sup>a</sup> e a 3<sup>a</sup> medidas provisórias são constitucionais.
- d) todas as medidas provisórias são constitucionais.
- e) apenas a 2<sup>a</sup> medida provisória é constitucional.

**91.** O Município Alfa, situado em localidade bucólica e muito procurado por pessoas que almejavam se afastar da agitação dos centros urbanos, editou a Lei nº XX. Esse diploma normativo estabeleceu a vedação de que correspondências fossem distribuídas e entregues nos horários que indicou, nos quais, conforme fora apurado em audiências públicas, grande parte dos municípios preferia não ser incomodada. Em caso de descumprimento da vedação, seria aplicada a penalidade de multa e, na hipótese de reincidência, a de cassação do alvará.

Irresignada com o teor da Lei nº XX, uma associação comercial situada no Município Alfa consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade formal com a Constituição da República, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é

- a) constitucional, pois o Município Alfa pode suplementar as normas editadas pela União e pelo Estado em matéria de proteção ao consumidor.
- b) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre o exercício de atividade econômica.
- c) constitucional, pois trata de matéria tipicamente local, de competência legislativa do Município Alfa.
- d) constitucional, pois é competência comum de todos os entes federativos zelar pela proteção à saúde.
- e) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre serviço postal.

**92.** O órgão competente da União expediu o ato de concessão da aposentadoria voluntária de Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo.

Logo depois, o ato foi submetido a registro perante o Tribunal de Contas da União, sendo certo que esse órgão:

- a) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria;
- b) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria, que se inicia a contar da sua publicação;
- c) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria, que se inicia com a chegada do processo ao Tribunal de Contas;
- d) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria, mas, ultrapassados cinco anos, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- e) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria, mas, se da análise puder resultar alteração do ato inicial, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**93.** A Confederação Nacional do Transporte (CNT) propôs uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) perante o STF, pretendendo o exercício do controle de constitucionalidade referente à determinada matéria relacionada à sua atuação e suas finalidades. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNT é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.
- b) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNT é não legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.
- c) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNT é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para alegar falta de medida regulamentadora de artigo da Constituição de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- d) Trata-se de controle difuso de constitucionalidade; a CNT é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.
- e) Trata-se de controle difuso de constitucionalidade; a CNT não é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para alegar falta de

medida regulamentadora de artigo da Constituição de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

**94.** Com o intuito de estimular a abertura de igrejas, o que, ao ver dos idealizadores do projeto, contribuiria para aumentar o bem-estar da população, o Estado Gama editou a Lei nº 123/2023. Segundo esse diploma normativo, as igrejas que preenchessem os requisitos exigidos teriam subvencionadas 50% de suas despesas regulares. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº 123/2023 é:

- a) inconstitucional, salvo se for assegurado que a subvenção alcance, de forma igualitária, todas as religiões.
- b) constitucional, pois é dever do Estado prestigiar a liberdade de crença, subvencionando as igrejas.
- c) inconstitucional, em razão do caráter laico dos entes federativos.
- d) constitucional, em razão do elevado interesse público a ser atendido com a iniciativa.
- e) inconstitucional, pois a subvenção foi parcial e as entidades sem fins lucrativos devem recebê-la de modo integral.

**95.** O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

**96.** João, filiado ao Partido Político Alfa, foi eleito Deputado Federal. Logo após a proclamação dos eleitos, tomou conhecimento de que Alfa não alcançara a denominada “cláusula de desempenho”, prevista na Constituição da República de 1988. Preocupado com este fato, consultou um advogado a respeito da possibilidade de, após a sua posse, se desligar de Alfa e se filiar a outro partido político que tenha atingido a cláusula de desempenho, mas preservando o mandato obtido. O advogado respondeu corretamente que o objetivo alvitrado por João

- a) é amparado pela ordem constitucional, mas a nova filiação não será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.
- b) não é amparado pela ordem constitucional, salvo se o não atingimento da “cláusula de desempenho” configurar justa causa, prevista em lei, o que permitirá o desligamento independente da aquiescência de Alfa.
- c) é amparado pela ordem constitucional, desde que haja anuência de Alfa, e a nova filiação será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.
- d) não é amparado pela ordem constitucional, pois, nas eleições proporcionais, o mandato é outorgado ao partido político, não ao candidato eleito, o que impede a filiação a novo partido político sem a perda do mandato.
- e) não é amparado pela ordem constitucional, pois o não atingimento da “cláusula de desempenho” somente produz efeitos em relação ao funcionamento parlamentar na Casa legislativa, não tendo relação com o mandato de João.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO***Rubens Mauricio*

**97.** Sobre o princípio constitucional da irredutibilidade do valor dos benefícios, próprio do direito previdenciário, assinale a opção correta:

- a) A irredutibilidade do valor dos benefícios visa assegurar a manutenção do valor nominal apenas do benefício previdenciário.
- b) A irredutibilidade do valor dos benefícios visa assegurar a manutenção do valor real do benefício assistencial.
- c) A irredutibilidade do valor dos benefícios aplica-se de forma idêntica à saúde, assistência social e previdência social.
- d) A irredutibilidade do valor dos benefícios visa assegurar a manutenção do valor real do benefício previdenciário em caso de deflação.
- e) A irredutibilidade do valor dos benefícios visa assegurar a manutenção do valor real do benefício previdenciário, mantendo seu valor de compra, exceto em caso de deflação, quando deverá preservar seu valor nominal.

**98.** No tocante à responsabilidade pelo recolhimento das Contribuições Sociais Previdenciárias, pode-se afirmar, exceto:

- a) a empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração.
- b) a empresa é obrigada a recolher os valores arrecadados dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, assim como as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço.
- c) os segurados contribuinte individual e facultativo estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência.
- d) o empregado doméstico fica obrigado a recolher a contribuição a seu cargo, junto com a parcela a cargo do empregador doméstico, no prazo previsto em lei.
- e) as empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes de lei.

**99.** Sobre o conceito previdenciário de empresa e empregador doméstico, assinale a opção incorreta:

- a) Considera-se empresa a sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não.
- b) Considera-se empresa os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.
- c) Considera-se empresa a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.
- d) Equiparam-se a empresa a cooperativa, a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade.
- e) Considera-se empregador doméstico a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

**100.** Integra(m) o salário de contribuição:

- a) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias.
- b) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria.
- c) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da lei.
- d) O décimo-terceiro salário (gratificação natalina), exceto para o cálculo de benefício.
- e) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica.

**101.** Acerca do segurado facultativo, é correto afirmar, exceto:

- a) A alíquota de contribuição do segurado facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- b) Entende-se por salário-de-contribuição para o segurado facultativo o valor por ele declarado, observado o limite máximo do salário de contribuição.
- c) Poderá filiar-se ao RGPS na qualidade de segurado facultativo a pessoa maior de 16 anos, sem renda própria, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.
- d) O segurado facultativo poderá optar pelo plano simplificado de inclusão previdenciária, recolhendo 11% sobre o salário-mínimo.
- e) O segurado facultativo está obrigado a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia vinte do mês seguinte ao da competência.

**102.** Nos termos da Lei 8.212/91, acerca da arrecadação e recolhimento das contribuições previdenciárias, é incorreto afirmar:

- a) A empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração.
- b) A empresa é obrigada a reparar folhas-de-pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos.
- c) Exclui-se da responsabilidade solidária perante a Seguridade Social o adquirente de prédio ou unidade imobiliária que realizar a operação com empresa de comercialização ou incorporador de imóveis, ficando estes subsidiariamente responsáveis com o construtor.
- d) As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações referentes ao recolhimento das contribuições previdenciárias.
- e) A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura.

**103.** Sobre o financiamento da seguridade social, assinale a opção incorreta:

- a) A contribuição da União é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.
- b) A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.
- c) Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajuste dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.
- d) A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, destinada à Seguridade Social, em substituição à contribuição sobre a folha de pagamento dos empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, corresponde a 5% da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos.
- e) A contribuição do empregador doméstico é de 8,8% sobre a remuneração do empregado doméstico a seu serviço.

**104.** A respeito do financiamento da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção correta:

- a) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio parcial.
- b) As contribuições sociais de Seguridade Social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da vigência da lei que as houver instituído ou majorado.
- c) A União poderá instituir, por meio de lei complementar, outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, desde que sejam não-cumulativas e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios das contribuições sociais discriminadas na Constituição Federal.
- d) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, nos termos da lei, de forma indireta, por meio de contribuições sociais, e de forma direta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) A pessoa jurídica em débito com o Poder Público não poderá contratar com a União e nem dela receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

**DIREITO TRIBUTÁRIO***Fernando Mauricio*

**105.** Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, é considerada Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.
- II-) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

**106.** A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**107.** A Igreja Batista de Jundiaí/SP alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

**108.** Em relação aos impostos de Competência dos Estados, conforme prevê a Constituição Federal e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador pode ser feita por meio de decreto.
- II-) A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais.
- III-) É cabível a concessão de remissão, com amparo em convênios CONFAZ, de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais declarados inconstitucionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) II.

**109.** Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

**110.** Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita) é passível de tributação pelo ICMS.
- II-) É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.
- III-) Incide imposto de renda sobre valores decorrentes do direito de família percebidos pelos alimentados a título de alimentos ou de pensões alimentícias.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

**111.** Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.
  - II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.
  - III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- Está correto o que se afirma em
- a) I, apenas.
  - b) II, apenas.
  - c) I e II, apenas.
  - d) III, apenas.
  - e) II e III, apenas.

**112.** Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I-) A moratória em caráter geral somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II-) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- III-) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**113.** As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

**114.** A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- III-) Atendidos os requisitos previstos em lei, é legítima a submissão de empresas a Regime Especial de Fiscalização, salvo comprovação de que as medidas inviabilizem indevidamente o livre exercício da atividade econômica.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIO

**Fábio Dutra**

**115.** Acerca da contribuição destinada aos Programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público (PIS/PASEP) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), analise os itens abaixo, e verifique quais deles estão corretos.

As pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido estão sujeitas ao regime não cumulativo de PIS/COFINS.

O período de apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins é anual, podendo ocorrer antecipação do seu recolhimento, mediante estimativas mensais, para empresas optantes pelo lucro real.

As cooperativas de crédito estão sujeitas ao PIS/COFINS no regime cumulativo.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) III

**116.** Considerando o que dispõe o Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Decreto 7.212/2010), assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

( ) Em relação aos produtos de procedência estrangeira, e salvo disposição em contrário, constitui valor tributável do IPI o valor que servir ou que serviria de base para o cálculo dos tributos aduaneiros, por ocasião do despacho de importação, acrescido do montante desses tributos e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis.

( ) Em relação aos produtos nacionais, e salvo disposição em contrário, constitui valor tributável do IPI o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial.

( ) Em relação aos produtos de procedência estrangeira, e salvo disposição em contrário, constitui valor tributável do IPI o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento equiparado a industrial, exceto o valor do frete e das demais despesas acessórias.

- a) V, F, F
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, F, V

**117.** A respeito do momento em que se considera ocorrido o fato gerador do IPI, aponte a alternativa errada:

- a) na saída de armazém-geral ou outro depositário do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial depositante, quanto aos produtos entregues diretamente a outro estabelecimento.
- b) na saída da repartição que promoveu o desembaraço aduaneiro, quanto aos produtos que, por ordem do importador, forem remetidos diretamente a terceiros.
- c) na saída do estabelecimento industrial diretamente para estabelecimento da mesma firma ou de terceiro, por ordem do encomendante, quanto aos produtos mandados industrializar por encomenda.
- d) no quinto dia da data da emissão da respectiva nota fiscal, quanto aos produtos que até o dia anterior não tiverem deixado o estabelecimento do contribuinte.
- e) no momento em que ficar concluída a operação industrial, quando a industrialização se der no próprio local de consumo ou de utilização do produto, fora do estabelecimento industrial.

**118.** Analise os itens abaixo, e verifique quais deles contém valores que poderão ser excluídos do lucro líquido do período de apuração, em se tratando do lucro real:

- I - os valores cuja dedução seja autorizada por este Regulamento e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração;
- II - os resultados, os rendimentos, as receitas e outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com o disposto neste Regulamento, não sejam computados no lucro real;
- e
- III - o prejuízo fiscal apurado em períodos de apuração anteriores, limitada a compensação a trinta por cento do saldo de prejuízos fiscais acumulados, desde que a pessoa jurídica mantenha os livros e os documentos exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do prejuízo fiscal utilizado para compensação.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) I e III

**119.** São considerados rendimentos isentos ou não tributáveis, exceto:

- a) o valor do salário-família.
- b) os seguros recebidos de entidades de previdência privada decorrentes de morte ou de invalidez permanente do participante.
- c) o pagamento efetuado por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário.
- d) os rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança.
- e) licença especial ou licença-prêmio.

**120.** Em relação à CIDE-Combustíveis, assinale a alternativa incorreta:

- a) A alíquota da CIDE poderá ser diferenciada conforme o produto tributado.
- b) A alíquota da CIDE poderá variar conforme o uso do produto.
- c) A sua redução e majoração deve ser prevista em lei.
- d) os recursos arrecadados serão destinados ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo;
- e) os recursos arrecadados serão destinados ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás;

**121.** Considerando o que dispõe o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580/2018), assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

Poderão ser considerados como dependentes, para fins de deduções do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF):

- ( ) o companheiro ou a companheira, desde que haja vida em comum por mais de três anos ou por período menor se da união resultou filho;
- ( ) o irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até vinte e um anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- ( ) o menor pobre, até dezoito anos, que o contribuinte crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial;

- a) V, F, F
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, F, V

**122.** Considerando o que dispõe o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580/2018), assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

( ) A opção pela tributação pelo lucro presumido será manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário e poderá ser modificada a qualquer tempo, desde que mediante formalização de pedido junto à Secretaria da Receita Federal.

( ) O lucro presumido será determinado obrigatoriamente pelo regime de competência.

( ) O lucro arbitrado das pessoas jurídicas, quando conhecida a receita bruta, será determinado por meio da aplicação dos percentuais estabelecidos para o regime de tributação pelo lucro presumido, acrescidos de vinte por cento.

- a) V, F, F
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, F, V

**COMÉRCIO INTERNACIONAL***Felipe Luccas*

**123.** Sobre as principais teorias do Comércio Internacional, assinale a alternativa incorreta.

a) Na teoria das vantagens absolutas, Adam Smith defendia que um país deve se especializar em produzir bens em que tenha maior eficiência, isto é, menor custo unitário medido em trabalho. Assim, exportará os bens produzidos com menor custo e importará os demais. A teoria só considera o fator trabalho e não explica o comércio internacional quando um país é absolutamente mais eficiente em todos os bens.

b) Na teoria das vantagens comparativas, David Ricardo aperfeiçoou a teoria das vantagens absolutas; defendia que o país deve se especializar nos bens em que for “relativamente mais eficiente”, ou seja, aqueles bens em que tenha menor custo de oportunidade em relação a outro bem. Em suma, mesmo que o país seja menos eficiente em todos os bens, haverá vantagem em produzir aquele em que for “menos ineficiente” ou “relativamente mais eficiente”. Assim, há vantagem no comércio internacional mesmo quando um país for mais eficiente na produção de todos os bens.

c) Segundo o Teorema Hecksher-Ohlin ou teoria da dotação/proporção dos fatores, os países possuem diferentes dotações de recursos: uns possuem mais capital, outros mais terra, outros mais mão de obra. Assim, devem se especializar em produzir os bens que utilizem intensivamente o fator mais abundante.

d) Na Teoria das Economias de Escala, Paul Krugman preconiza que o comércio internacional gera ganhos de escala, pois o aumento do mercado consumidor faz que o aumento dos fatores gere aumento mais que proporcional da produtividade. Permite o comércio intraindústria.

e) Em sua Teoria do gosto dos consumidores, que explica o comércio de bens primários, Staffan Linder defende que, quanto mais semelhantes as demandas dos países (países com mesmo nível de desenvolvimento), mais serão semelhantes suas estruturas produtivas.

**124. Sobre o dilema histórico entre Protecionismo e Livre-cambismo, analise os itens abaixo.**

I - O protecionismo moderno possui natureza eminentemente não tarifária, isto é, não se baseia em imposto de importação, mas, sim, em barreiras menos transparentes, como cotas, regulamentos técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias.

II- A defesa do liberalismo econômico é, tradicionalmente, amparada nos argumentos teóricos em favor do livre-comércio. No entanto, a Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio do Artigo XVIII do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), admite o uso restrito de mecanismos de proteção em países considerados atrasados no processo de desenvolvimento econômico e social, como a proteção à indústria nascente. O sistema multilateral de comércio também abona medidas protecionistas que visem a reduzir o desemprego e o diferencial de salários.

III - Nenhum país é puramente liberal ou protecionista, todos utilizam medidas de protecionismo e políticas liberais ao mesmo tempo, conforme seus interesses e sua capacidade. A abertura comercial pode destruir setores (como ocorreu no Brasil na década de 90); por outro lado, países como Estados Unidos, Alemanha e Japão prosperaram muito em fases de protecionismo. Ao longo da história, existe uma oscilação entre os níveis de protecionismo e abertura econômica no comércio internacional, conforme a conjuntura político-econômica internacional. Normalmente, após crises e guerras, a tendência é que os países se fechem para proteger suas economias e o protecionismo aumente em escala global (primeira guerra mundial, crise de 1929, segunda guerra mundial, crises do petróleo, crise de 2008, crise do Covid-19, Guerra Rússia-Ucrânia). Por outro lado, há fases de maior abertura econômica, como ocorreu após a criação do GATT 1947 e da OMC em 1994.

Estão corretos os itens

a) I, apenas.

- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**125.** Sobre o sistema multilateral de comércio e a Organização Mundial do Comércio (OMC), é correto afirmar que

- a) O órgão máximo da estrutura funcional da OMC é o Conselho Ministerial, que exerce a personalidade jurídica da instituição.
- b) A alegação de exploração laboral como prática de redução de custos de produção (dumping social) não pode ser objeto de uma reclamação perante o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC, uma vez que, mesmo que proporcionem vantagens competitivas no comércio internacional, questões trabalhistas não integram as competências da instituição.
- c) As decisões na OMC são, como regra geral, adotadas por unanimidade, inclusive com os votos dos países de menor desenvolvimento relativo.
- d) Os membros da OMC só podem solucionar as respectivas controvérsias comerciais resolvendo o litígio no âmbito dos painéis e Órgão de Apelação.
- e) Territórios aduaneiros autônomos e Organizações Não Governamentais podem ser partes em um Contencioso na OMC, desde que comprovem descumprimento de políticas comerciais.

**126.** O Mercosul (Mercado Comum do Sul) é organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991. Estabelece uma integração social e econômica, na qual há livre comércio intrazona e política comercial comum entre os países-membros. Trata-se de um exemplo muito relevante de integração regional.

À luz desse tema, é correto afirmar que

- a) por se configurar como um Mercado Comum, há livre circulação de mercadorias e serviços.
- b) aprovou-se recentemente um marco legal para estabelecimento de uma Moeda Única, assim como ocorre entre os países da Europa.
- c) uma União Econômica incorpora todas as características do mercado comum, além de uma unificação das políticas econômicas, materializada por um Banco Central unificado.
- d) o Mercado Comum se diferencia da União Aduaneira na medida em que, além da livre circulação de mercadorias, requer a circulação de serviços e fatores de produção: pessoas e capitais.
- e) a assimetria econômica e ideológica entre os membros do bloco historicamente não constitui óbice para o bom relacionamento entre os respectivos governantes.

**127.** Sobre a Tarifa Externa Comum (TEC), é correto afirmar:

- a) A Tarifa Externa do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) apenas admite exceções relacionadas a questões de abastecimento, tendo em vista o objetivo declarado no Tratado de Assunção de formar um mercado comum.
- b) Os produtos do setor automotivo e os produtos da lista de bens de informática e telecomunicação observam as alíquotas previstas na TEC.
- c) Havendo produtos cujas alíquotas consolidadas pelo Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) sejam inferiores à TEC, prevalecerá a alíquota do Mercosul.
- d) Produtos como automóveis e brinquedos seguem as alíquotas previstas na TEC, até o limite de 100 códigos.
- e) o Brasil pode incluir até 100 códigos NCM em sua Lista de Exceção até 31 de dezembro de 2028, mas deve valorizar a oferta exportável existente no MERCOSUL.

**128.** Sobre a temática da Classificação Fiscal, avalie as proposições abaixo e assinale a opção correta.

- I. O Sistema Harmonizado, composto por 21 Seções, constitui instrumento empregado internacionalmente para a classificação de mercadorias, a partir de uma estrutura de códigos e suas respectivas descrições. Os Capítulos 98 e 99 do referido Sistema, contudo, foram reservados para usos especiais dos países vinculados a ele. O Brasil emprega o Capítulo 99 para registrar operações como, por exemplo, de consumo de bordo de combustíveis.
  - II. Para efeito de classificação das mercadorias na Nomenclatura Comum do MERCOSUL e aplicação das Regras Gerais para a Interpretação do Sistema Harmonizado, quando inaplicável a RGI nº 1, o artigo desmontado ou por montar é classificado na posição do artigo completo ou acabado, montado ou por montar, sempre que apresente, no estado em que se encontra, as características essenciais do artigo completo ou acabado.
  - III. O Sistema Harmonizado (SH) é administrado pela Câmara de Comércio Internacional e possui cinco Regras Gerais de Interpretação (RGI), que garantem sua interpretação uniforme.
  - IV. No que atine à interpretação do Sistema Harmonizado, quando uma mercadoria aparentemente possa ser classificada em duas ou mais posições, a classificação deve ser feita, em regra, pela posição mais genérica em detrimento das mais específicas.
- a) Somente a proposição I está correta.
  - b) Somente a proposição II está correta.
  - c) Apenas as proposições I e II estão corretas.
  - d) Somente as proposições I e III estão corretas.
  - e) Apenas as proposições III e IV estão corretas.

**129.** Quanto à classificação das taxas de câmbio, assinale a alternativa incorreta.

- a) Taxas oficiais são aquelas que não sofrem qualquer variação em virtude de determinação governamental ou em razão de intervenção do governo no mercado, por meio da compra e venda de divisas.
- b) Taxas estáveis são aquelas que variam apenas dentro de pequenos intervalos, conhecidos como bandas cambiais. A intervenção do governo no mercado somente ocorre quando se percebe que a taxa cambial irá extrapolar o limite máximo ou mínimo.
- c) Taxas flutuantes são as que flutuam livremente com base na lei da oferta e da procura, sendo determinadas pelo próprio mercado. No Brasil, utiliza-se a flutuação suja (dirty floating).
- d) A taxa primária é a praticada nas operações entre um banco e seus clientes (pessoas físicas ou jurídicas).
- e) A taxa interbancária é aquela utilizada nas operações cambiais entre dois bancos. Também é conhecida como taxa secundária.

**130.** Em relação aos Termos Internacionais de Comércio (INCOTERM 2020), é correto afirmar que fórmula DDP estabelece obrigação de:

- a) o vendedor contratar e pagar o frete, incluído o seguro marítimo mínimo por danos durante o transporte.
- b) o comprador contratar e pagar o frete, incluído o seguro marítimo máximo por danos durante o transporte.
- c) o vendedor entregar a mercadoria descarregada no ponto de fronteira designado na divisa alfandegária do destino.
- d) o comprador contratar e pagar o frete, exceto o seguro marítimo básico por danos durante o transporte.
- e) o vendedor entregar a mercadoria no local de destino designado, incluído o pagamento dos direitos aduaneiros.

## LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

*Felipe Luccas*

**131.** Sobre o imposto de Importação, assinale é correto afirmar que

- a) O imposto não incide sobre mercadoria estrangeira que, corretamente descrita nos documentos de transporte, chegar ao País por erro inequívoco ou comprovado de expedição, caso não seja redestinada ou devolvida para o exterior.
- b) O imposto não incide sobre mercadoria estrangeira que tenha sido objeto da pena de perdimento, exceto na hipótese em que tenha sido revendida.
- c) Para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de bens contidos em remessa postal internacional sujeitos ao regime de importação comum.
- d) A base de cálculo do imposto é o valor aduaneiro, quando a alíquota for percentual. Integram o valor aduaneiro os gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, até a chegada no porto ou no aeroporto alfandegado de descarga ou no ponto de fronteira alfandegado onde devam ser cumpridas as formalidades de entrada no território aduaneiro, incluídos os gastos incorridos no território nacional e destacados do custo de transporte.
- e) Para efeito de cálculo do imposto, os valores expressos em moeda estrangeira deverão ser convertidos em moeda nacional à taxa de câmbio vigente na data em que se considerar ocorrido o fato gerador, sendo o Ministro da Fazenda competente para alterar a forma de fixação desta taxa.

**132.** Sobre o regramento das hipóteses de avaria, extravio e acréscimo de mercadorias, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se responsável o depositário, quando constatado o extravio até a conclusão da descarga da mercadoria no local ou recinto alfandegado.
- b) Considera-se responsável o transportador, quando o extravio for constatado em mercadoria sob sua custódia após a conclusão da descarga no local ou recinto alfandegado.
- c) Caso o depositário receba volumes sem ressalva ou sem protesto, presumir-se-á sua responsabilidade. A responsabilidade do transportador ou depositário responsável pode ser excluída nas hipóteses de caso fortuito ou força maior.
- d) Considera-se extravio toda e qualquer falta de mercadoria, bem como os casos de erro inequívoco ou comprovado de expedição.
- e) Considera-se avaria parcial a que implique acarrete a descaracterização da mercadoria, inclusive seu envoltório.

**133.** Quanto ao crédito tributário e seu lançamento, assinale a alternativa incorreta.

- a) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento. No caso dos tributos incidentes sobre o comércio exterior, o lançamento é de competência privativa do Auditor-Fiscal da Receita Federal.
- b) O lançamento é entendido como o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- c) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional. Verificada a ocorrência do fato gerador, a autoridade não pode se abster de proceder ao lançamento.
- d) O lançamento de todos os tributos aduaneiros em regra é feito por homologação, havendo antecipação de pagamento sem exame prévio da autoridade administrativa; contudo, há casos em que o lançamento será feito de ofício, conexo ao cometimento de alguma infração.
- e) O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil não estará obrigado a constituir os créditos tributários relativos a matérias que, em virtude de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, ou do Superior Tribunal de Justiça, sejam objeto de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro da Fazenda.

**134.** A sociedade empresária Trading 100% Ltda., prestadora de serviços de importação, em determinada operação, irregularmente deixou de declarar e de recolher quantia relativa a Cofins-Importação, tributo sujeito a lançamento por homologação, tendo realizado apenas pagamento parcial.

A respeito desse cenário e à luz da legislação tributária, o Fisco Federal poderá exercer seu direito de constituir o crédito tributário por meio de

- a) autolançamento, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- b) lançamento por declaração, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- c) lançamento por declaração, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- d) lançamento de ofício, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- e) lançamento de ofício, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

**135.** Sobre o processo administrativo, especialmente o Processo Administrativo Fiscal, assinale a alternativa incorreta.

- a) No Processo Administrativo Fiscal, que na esfera tributária federal, é regido pelo Decreto 70.235/1972, não se aplica a vedação ao "*reformatio in pejus*", sendo possível então agravar penalidade ou majorar o tributo cobrado em relação a um lançamento anterior.
- b) O Processo Administrativo Tributário é uma espécie contida no Processo Administrativo Fiscal, uma vez que naquele se discutem créditos tributários e neste se compreendem créditos devidos ao Fisco em geral, incluindo os relativos a medidas antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas.
- c) O julgamento do processo de exigência de tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal compete, em primeira instância, às Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ's), órgãos de deliberação interna e natureza colegiada da Secretaria da Receita Federal.
- d) Em segunda instância, o julgamento caberá ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). O CARF é órgão colegiado e paritário, dele participando representantes dos contribuintes e da Fazenda Nacional. Será constituído por seções e pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, à qual caberá julgar Recurso Especial, no prazo de 30 dias da ciência do acórdão ao interessado.
- e) Os cargos de Presidente das Turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais, das câmaras, das suas turmas e das turmas especiais serão ocupados por conselheiros representantes da Fazenda Nacional, que, em caso de empate, terão o voto de qualidade, e os cargos de Vice-Presidente, por representantes dos contribuintes.

**136.** A respeito dos processos de aplicação e de exigência dos direitos antidumping e compensatórios, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

I - Os direitos antidumping e os direitos compensatórios, provisórios ou definitivos, serão aplicados mediante a cobrança de importância, em real, que corresponderá a percentual da margem de dumping ou do montante de subsídios, apurados em processo administrativo, nos termos da legislação específica, suficientes para sanar dano ou ameaça de dano à indústria doméstica. Serão cobrados independentemente de quaisquer obrigações de natureza tributária relativas à importação dos produtos afetados.

II - Quando da análise preliminar verificar-se a existência de indícios da prática de dumping ou de concessão de subsídios, e que tais práticas causam dano, ou ameaça de dano, à indústria doméstica, e se julgue necessário impedi-las no curso da investigação, poderão ser aplicados direitos provisórios durante a investigação.

III - A exigibilidade dos direitos provisórios poderá ficar suspensa, até decisão final do processo, a critério da Câmara de Comércio Exterior, caso o importador ofereça garantia equivalente ao valor integral da obrigação e dos demais encargos legais, sob a forma de depósito em dinheiro, seguro aduaneiro ou fiança bancária. O respectivo desembaraço aduaneiro dependerá dessa garantia.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I e II apenas.
- c) I e III apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I apenas.

**137.** A jurisdição dos serviços aduaneiros estende-se por todo o território aduaneiro. De acordo com o Regulamento Aduaneiro:

- a) O território aduaneiro compreende todo o território nacional e as Áreas de Áreas de Controle Integrado criadas em regiões limítrofes dos países integrantes do Mercosul com o Brasil.
- b) A área terrestre e o espaço aéreo dos aeroportos alfandegados são parte da zona primária, assim como a área terrestre ou aquática, contínua ou descontínua, nos portos alfandegados.
- c) A zona secundária compreende todo o território aduaneiro não considerado zona primária, exceto as águas territoriais.
- d) Para efeito de controle aduaneiro, as zonas de processamento de exportação constituem zona secundária, tendo em vista a presença ostensiva da administração aduaneira.
- e) A jurisdição dos serviços aduaneiros também se estende às Áreas de Controle Integrado criadas em regiões limitrofes dos países integrantes do Mercosul com o Brasil.

**138.** Os regimes aduaneiros aplicáveis a áreas especiais são instrumentos para estimular o desenvolvimento nacional e reduzir a desigualdade regional. Sobre esse tema, analise os excertos abaixo como verdadeiros (V) ou Falsos (F) e assinale a alternativa correta.

( ) - ZONA FRANCA DE MANAUS: área de livre comércio de importação e de exportação e de incentivos fiscais especiais, criada em 1967, para criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento apesar da grande distância. Na importação, há isenção de II e IPI; há suspensão de PIS/PASEP/Cofins-Importação em caso de matéria-prima, produtos intermediários, materiais de embalagem e ativo imobilizado. Há isenção de IE. Na internação, há cobrança integral, exceto na saída para ALC e Amazônia Ocidental, para bens de viajante e produtos industrializados com insumos estrangeiros (nesse último caso, cobra-se II sobre os insumos. Os benefícios da ZFM valem até 2073.

( ) - AMAZÔNIA OCIDENTAL: Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Bens do art. 516 do R/A oriundos da ZFM entram com isenção (máquinas, motores, material de construção, alimentos, remédios).

( ) - ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO: sob regime fiscal especial, são estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento de áreas fronteiriças específicas da Região Norte do País e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

( ) - ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÕES: objetivam reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos, promover difusão tecnológica e desenvolvimento do país. As importações e aquisições internas ocorrem com suspensão. A receita bruta de exportação deve ser no mínimo 80%. A venda para a ZFM e para ZPE se equipara a uma exportação, mas com suspensão de tributos federais e isenção do ICMS.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) V V F F.
- b) V V V V.
- c) F F V V.
- d) F V V F.
- e) F F F F.

**139.** Sobre as Zonas de Vigilância Aduaneira, é correto afirmar:

- a) O Ministro de Estado da Fazenda poderá demarcar, na orla marítima ou na faixa de fronteira, zonas de vigilância aduaneira, nas quais a permanência de mercadorias ou a sua circulação e a de veículos, pessoas ou animais ficarão sujeitas às exigências fiscais, proibições e restrições que forem estabelecidas.
- b) O ato que demarcar a zona de vigilância aduaneira é temporário e deve ser específico em relação a determinados segmentos da orla marítima ou da faixa de fronteira.
- c) Além de outras circunstâncias de interesse fiscal, a demarcação da zona de vigilância aduaneira na faixa de fronteira deve levar em conta a existência de portos ou ancoradouros naturais, propícios à realização de operações clandestinas de carga e descarga de mercadorias.
- d) Em Município atravessado pela linha de demarcação, a parte dele que fique fora da área demarcada não se comprehende na zona de vigilância aduaneira.
- e) A zona de vigilância aduaneira é considerada Zona Primária, por haver a permanência de mercadorias ou a sua circulação e a de veículos, pessoas ou animais sob controle aduaneiro.

**140.** A administração aduaneira tem prerrogativa de controlar o fluxo de veículos e suas respectivas cargas, no intuito de inibir ilícitos aduaneiros e proteger interesses fazendários. À luz desse tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) A entrada ou a saída de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados só poderá ocorrer em porto, aeroporto ou ponto de fronteira alfandegado. Não obstante, o titular da unidade aduaneira jurisdicionante poderá autorizar a entrada ou a saída de veículos por porto, aeroporto ou ponto de fronteira não alfandegado, em casos justificados.
- b) É proibido ao condutor de veículo procedente do exterior ou a ele destinado estacionar ou efetuar operações de carga ou descarga de mercadoria, inclusive transbordo, fora de local habilitado e desviá-lo da rota estabelecida pela autoridade aduaneira, sem motivo justificado.
- c) A autoridade aduaneira poderá proceder a buscas em qualquer veículo para prevenir e reprimir a ocorrência de infração à legislação aduaneira. A busca será precedida de comunicação, por escrito, ao proprietário do veículo.
- d) É proibido ao condutor do veículo colocá-lo nas proximidades de outro, sendo um deles procedente do exterior ou a ele destinado, de modo a tornar possível o transbordo de pessoa ou mercadoria, sem observância das normas de controle aduaneiro. No entanto, excetuam-se dessa proibição os veículos de guerra, salvo se utilizados no transporte comercial; os das repartições públicas, em serviço; os autorizados para utilização em operações portuárias ou aeroportuárias, inclusive de transporte de passageiros e tripulantes; e aqueles que estejam prestando ou recebendo socorro.
- e) O controle aduaneiro do veículo será exercido desde o seu ingresso no território aduaneiro até a sua efetiva saída, e será estendido a mercadorias e a outros bens existentes a bordo, inclusive a bagagens de viajantes.

**NÃO É ASSINANTE?**

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

**<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>**

**CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES**

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

**<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>**